

REPOSIÇÃO DE DIREITOS COM A LUTA DOS TRABALHADORES E A ACÇÃO DO PCP

Desde que se alterou a correlação de forças na Assembleia da República (AR), por iniciativa do PCP ao “forçar” o PS a um governo viabilizado pela AR, que os trabalhadores têm visto mais facilitada a possibilidade de repor direitos roubados pela política de direita praticada alternadamente entre PS e PSD/CDS.

Foram os duros anos de luta, travada pelos trabalhadores juntos com os seus sindicatos de classe da CGTP-IN, e com a acção e solidariedade do PCP, que levaram à queda do Governo PSD/CDS.

Desde então foi possível repor as 35 horas na Administração Pública, foi possível dar passos positivos no combate à precariedade, foi possível o aumento do Salário Mínimo Nacional e das reformas e pensões. De referir também a assinatura de mais um ACEP entre os STAL e as Autarquias permitindo, por exemplo a reposição dos 25 dias úteis de férias.

Destacamos ainda o avanço legal nas progressões congeladas há anos. De salientar mais recentemente, resultado de negociações persistentes, a progressão

dos trabalhadores do sector operacional, da 1ª e 2ª posição remuneratória para a 4ª posição remuneratória, isto é, para os 635,07€.



A CDU É OBRA!

Este foi um lema antes adotado pela CDU, que em Grândola faz todo o sentido nos dias que correm. Nas eleições autárquicas de 1 de Outubro de 2017, a população de Grândola reforçou o voto na CDU dando-lhe a maioria absoluta para o comando dos destinos da Câmara Municipal. Sem faltar aos compromissos apresentados no seu programa e dando continuidade ao mandato anterior, o trabalho da CDU começa a ser visto pelos grandolenses, escassos meses após o último acto eleitoral. Muitas são as obras já iniciadas e por iniciar que trarão melhores condições de vida aos trabalhadores e à população de Grândola.

Obras já iniciadas:

- Adaptação do Casão de Água Derramada a Centro Comunitário;
- Construção da rede de esgotos no Brejinho de Água;

- Arruamentos na zona envolvente ao Novo Quartel de Bombeiros;
- Requalificação do espaço lúdico e de lazer na Aldeia do Futuro;
- Requalificação da rede viária (Bairro Vale Pereiro / Cerrado das Aranhas);
- Requalificação da EB1 Grândola;
- Lançamento da 1ª pedra do novo Centro Comunitário da Aldeia do Pico.

Obras a iniciar em breve:

- Reabilitação do Edifício da Biblioteca Municipal;
- Reparação da Estrada da Silha do Centeio;
- Requalificação do Jardim 1º de Maio;
- Variante Circular José Amaro – 2ª fase (Ligação ZIL - IC1).

Muitas outras obras encontram-se **em fase de execução**, nomeadamente, a substituição da rede de águas e pavimentação dos Bairros da Liberdade e Amoreiras; a Casa Mostra dos Produtos Endógenos; o Núcleo Museológico da Igreja de São Pedro e Reservas; entre outras.

PASSOS IMPORTANTES CONTRA A PRECARIEDADE

Ao abrigo da lei 112/2017 de 29/12, a Câmara Municipal de Grândola vai proceder à **regularização extraordinária de 40 vínculos precários**, essencialmente Contratos de Prestação de Serviços – recibos verdes. Alguns destes trabalhadores tinham a sua situação laboral precária há mais de uma década. É certo que este novo quadro é insuficiente e que não abrange todos os trabalhadores que ainda se encontram em situação de precária, mas é decisivo para a luta por melhores condições de trabalho e de vida. Também na Freguesia de Grândola e S. Margarida da Serra e Melides alguns trabalhadores poderão ver a sua situação regularizada.

OS PARTIDOS NÃO SÃO TODOS IGUAIS

Voltou este mês à A.R., após o veto do Presidente da República, o tema que no início do ano muito deu que falar nos media, acerca das alterações à lei de financiamento dos partidos, ludibriando os portugueses até na sua alteração às escondidas, sendo esta alterada pelo plenário da A.R., numa sessão pública, com registo e gravação que todos podem conhecer.

Julgando que o assunto roça por um lado no ataque aos Partidos, essenciais à democracia e, por outro num ataque ao PCP que por ser o Partido que é, não tem benesses concedidas pelo capital, tem de assegurar pelos seus próprios meios a divulgação da sua mensagem, com tudo o que isso implica.

O PCP apresentou um conjunto de questões de forma a esclarecer a sua posição acerca do assunto. A questão inicial e fulcral passa por saber:

OS PARTIDOS VIVEM "À CONTA DO ESTADO"? E aqui o PCP considera que os partidos devem viver da "recolha de fundos assentes na iniciativa própria e na contribuição dos membros do Partido e seus simpatizantes" e não do financiamento público e das subvenções estatais. Aliás a lei é que quer impedir esta prática. Por um lado impõe um limite anual de angariação de fundos e por outro um limite às contribuições de cada militante.

O PCP já propôs reduzir estas subvenções – a última vez em final de 2016, e considerava um corte de 40%. PSD, CDS e PS não viabilizaram.

Ao acabarem com o limite de angariação de fundos permitiriam que os partidos que assim o entendessem aumentassem a capacidade de angariação própria, com o contributo dos seus militantes e apoiantes, dependendo assim menos do financiamento do Estado.



Lê e Divulga



Todas as quintas-feiras
As lutas dos trabalhadores
no País e no Mundo.

AGENDA



16 Março

Manifestação Nacional Trabalhadores
Administração Pública - Lisboa
10:30 – Partida de Grândola

17 Março

Plenário CDU
15:00 - Centro Trabalho Grândola

18 Março

Almoço Alentejo do 97º aniversário do PCP
13:00 Beja

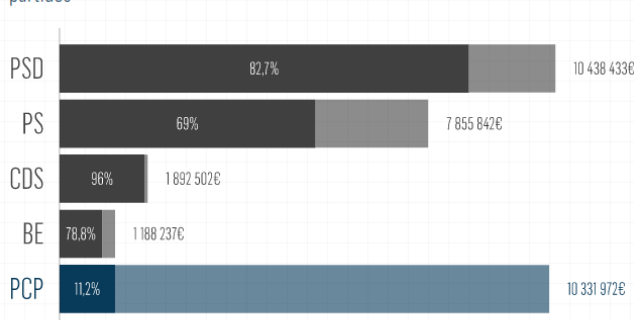
22 Março

Almoço de confraternização- Camarada Raul
Costa 12:30 - Centro Trabalho Grândola

28 Março

Manifestação Nacional da Juventude
*em breve informação de transportes

Peso percentual das subvenções públicas no total de receitas arrecadadas pelos partidos



Fonte: Contas dos partidos 2011-2015. Entidade das Contas e Financiamentos Políticos junto do Tribunal Constitucional

Outra questão foi relativa às receitas em numerário se estas são sinónimo de proveniência duvidosa, no entanto a lei impõe regras de comprovação e justificação de todas as receitas sejam elas em numerário ou não. Relativamente à transparência e fiscalização, ao contrário dos bancos que o Estado "resgatou", o PCP presta contas todos os anos Tribunal Constitucional e todos os dias aos seus militantes. Quanto ao pagamento do IVA, os partidos pagam e para o PCP continuariam a pagar IVA sobre toda a atividade que não seja política.

Estas alterações à lei resultam de questões suscitadas pelo Tribunal Constitucional, lei que o PCP condena veemente mas que aprova alterações à mesma no sentido de minimizar os seus impactos no erário público.

JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP
preencha os seguintes dados os quais nos permite contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____ TELEFONE _____

E-mail _____

Recorte e envie/entregue:

Centro Trabalho PCP
Rua D. Ana Luísa Cruz Costa, 8
7570 - 183 GRÂNDOLA

www.pcp.pt
doria@pcp.pt